



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 276

**VISÃO HISTÓRICA DA REGIÃO DO RIO XINGU:
ECONOMIA E DIVERSIDADE ÉTNICA**

Rosa Acevedo Marin

Belém, Dezembro de 2010

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor

Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Armin Mathis

Diretor Adjunto

Fábio Carlos da Silva

Coordenador de Comunicação e Difusão Científica

Silvio Lima Figueiredo

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Edna Maria Ramos de Castro

Fábio Carlos da Silva

Juarez Carlos Brito Pezzuti

Luis Eduardo Aragon

Marília Ferreira Emmi

Nirvia Ravena

Oriana Trindade de Almeida

Setor de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 276

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

VISÃO HISTÓRICA DA REGIÃO DO RIO XINGU: ECONOMIA E DIVERSIDADE ÉTNICA

Rosa Acevedo Marin

Resumo:

A reflexão sobre a formação histórica do vale do rio Xingu insere-se no estudo da formação econômica e social da Amazônia, portanto, de uma região particular, cuja interpretação significa o embate com um conjunto coerente de problemas, até o presente examinado de forma fragmentada e incipiente pela história. Ao longo do tempo, o sentido dos processos de transformação e de desenvolvimento, notadamente tensos, das estruturas sociais e políticas.

Palavras-Chave: Rio Xingu. Economia. Diversidade étnica.

Introdução

A reflexão sobre a formação histórica do vale do rio Xingu insere-se no estudo da formação econômica e social da Amazônia, portanto, de uma região particular, cuja interpretação significa o embate com um conjunto coerente de problemas, até o presente examinado de forma fragmentada e incipiente pela história. Ao longo do tempo, o sentido dos processos de transformação e de desenvolvimento, notadamente tensos, das estruturas sociais e políticas.

Parte-se da questão de que o desenvolvimento histórico é produto de numerosas mudanças econômicas, de destruição de toda uma série de formações mais antigas de produção, organização social e cultural; de conformação de novos e diversos processos sociais de territorialização; de redimensionamentos de espaços físicos; do surgimento de diversos conflitos sociais e ambientais¹.

As categorias processo de territorialização, territorialidade, territorialidade específica correspondem à formulação de noções que contribuem para leitura destas situações históricas e situações sociais². O processo de territorialização é um fato histórico, diz respeito à relação do grupo étnico com o território, como aponta Oliveira (1994) que emprega esta noção para “marcar o caráter histórico e político progressivo em que se articula o campo de ação indigenista”. O autor afasta-se da “idéia de uma qualidade imanente consubstanciada na noção de territorialidade” própria também do uso de metáforas biológicas (OLIVEIRA, 1994, p. 134).

Nesta visão³ destaca-se o repertório de conhecimentos sobre processos e situações históricas que desde o século XVII impuseram o contato entre indígenas⁴ e colonizadores europeus (holandeses, ingleses); entre indígenas e missionários, entre indígenas e colonizadores portugueses. De forma proposital, as políticas após 1755, fizeram dos povos indígenas do vale do Xingu o “reservatório” de força de trabalho para as obras e projetos da colonização portuguesa. No final do século XIX ocorre nova incursão na região do Xingu com vistas à exploração dos seringais e castanhais. A navegação do rio Xingu apresentava-se como obstáculo.

¹ Podemos empregar este conceito para compreender as reivindicações das diferentes unidades de mobilização e identidades que emergem na região do Xingu e orientam sua ação contrária aos projetos de hidrelétrica, do agronegócio, de grandes projetos.

² Gluckman esclarece que é conveniente tratar um evento como uma situação social. Portanto, uma situação social é o comportamento, em algumas ocasiões de indivíduos como membros de uma comunidade, analisando e comparando com seu comportamento em outras ocasiões. Desta forma, a análise revela o sistema de revelações subjacente entre a estrutura social da comunidade, as partes da estrutura social, o meio ambiente físico e a vida fisiológica dos membros da comunidade (GLUCKMAN, 1987, p. 238).

³ Algumas bases documentais foram identificadas e sistematizadas, entretanto foi realizado um mínimo de pesquisa de arquivo, pois está cobra um tempo de trabalho incompatível com os limites temporais da elaboração do presente diagnóstico. Sabe-se que esta forma célere de conhecer pode representar uma dificuldade, sobretudo face a situações eivadas de singularidades da formação social e econômica da região do Xingu.

⁴ Heckenberger (2001) interpreta a pré-história do Alto Xingu indicando, entre os anos 800 e 1400, o estabelecimento de uma população, revelada por certos vestígios como cerâmica característica e aldeias circulares. Estes eram os ancestrais dos atuais Aruak xinguanos, que teriam migrado a partir do ocidente. E acrescenta: “Entre os anos 1400 e 1600, erguem-se grandes aldeias fortificadas, cercadas por valetas escavadas (com as dimensões até de 2,5 km de comprimento, 15 m de largura e 3 m de profundidade), que envolviam uma superfície de 20 a 50 hectares, com aterros ao lado da praça central e dos caminhos radiais, dando a impressão, pela distribuição da terra preta, que a população era mais densa no centro que na periferia”. Esse tipo de trabalho de terraplanagem também é próprio do povo Aruak de outras regiões do continente. Próximo à invasão européia registra-se “a presença de uma população de cultura diferente, numa área mais a leste, à margem direita do Kuluene (ou Xingu), que a tradição oral dos atuais Karib xinguanos reconhece como sendo de seus ancestrais”.

No decorrer das primeiras décadas do século XX se registram novos processos de territorialização de povos indígenas, negros e colonos. Em diversos períodos, o vale do Xingu é alvo de expedições de descoberta, representado sob olhar enigmático⁵, espaço no qual o “civilizado” deveria tomar pé.

Analisar como foram impactadas as diversas etnias com a implementação de projetos econômicos, de infraestrutura até a década de cinquenta do século passado é o objeto deste capítulo. Para isso as referências historiográficas, fontes secundárias, são coligidas e examinadas, de maneira aprofundar: 1. Diversidade étnico-social da região; 2. Organização de aldeamentos e outros assentamentos; 3. Estratégias de ocupação e formas de produção social; 4. Mobilização e imobilização de força de trabalho face a expansão da economia de mercado, da navegação; 5. Organização de sistemas de poder e hierarquias sociais e, 6. Conflitos de territorialidades.

Esta ótica distancia-se de uma história lineal e mesmo estritamente local, pois se buscam refletir situações sociais, impostas pelos processos atuais, destacando, as etnias, os direitos territoriais e os projetos de desenvolvimento⁶. Trata-se de realidades complexas que procedem da análise e releitura dos processos de exploração dos recursos naturais e a força de trabalho, notadamente o extrativismo impulsionado pelo mercado, desde que a constituição enquanto “fronteira” tem, no seu cerne, um “mecanismo de ocupação” de “novas terras e de sua incorporação em condição subordinada, dentro de uma economia de mercado” (OLIVEIRA FILHO, 1989, p. 106).

Neste capítulo insiste-se na ocupação, na diversidade étnica, em processos sociais de territorialização, entretanto é preciso esclarecer que não se tenta recompor a continuidade histórica dos povos indígenas do presente. Como escreve Pacheco de Oliveira:

A única continuidade que talvez possa ser possível sustentar é aquela de, recuperando o processo histórico vivido por tal grupo, mostrar como ele refabricou constantemente sua unidade e diferença face a outros grupos com os quais esteve em interação. Assim são as práticas interativas exclusivas, que servem para delimitar o grupo face a outros, ainda que variem o conteúdo das categorias classificatórias e que a área específica de sociabilidade se modifique bastante, expandido-se ou contraindo-se em diferentes contextos situacionais (OLIVEIRA, 1995, p. 54-55).

Assim, as situações sociais dos indígenas aldeados, indígenas na cidade de Altamira e outrem podem ser examinadas sob essa perspectiva de contextos situacionais, sociabilidades desenvolvidas e processos interativos e de conflituosidade com grupos não indígenas.

⁵ Os bandeirantes criaram lendas sobre este rio e pensaram que nas suas fontes se encontrava o El Dorado. No século XVIII, alguns Paulistas se dirigiram até Cuiabá para capturar indígenas como escravos, o mais conhecido entre eles foi Bartolomeu Bueno da Silva, que estavam à procura de ouro. A lenda do ouro despertou grande interesse pelas cabeceiras do rio Xingu.

⁶ Neste caso adotamos a indicação de Oliveira Filho para quem a situação histórica constitui “um referencial analítico para o recorte e seleção de dados visando o estudo comparativo da mudança social (OLIVEIRA, 1988, p. 81). No Xingu, o processo histórico de mudança social culmina na mobilização étnica a qual está atrelada a história política dos últimos trinta anos.

1 Descrição geográfica histórica do rio Xingu⁷

Esta abordagem histórica - e não resgate como é correntemente mencionado⁸ - insiste nas transformações das sociedades, nas mudanças radicalmente aceleradas e abrangentes; na questão que representa ser membro de uma comunidade humana e indagar-se sobre o “sentido do passado”, pois “o passado é uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana”. O problema para os historiadores é analisar esse “sentido de passado” na sociedade e localizar suas transformações, como escreve Hobsbawm (1998).

A perspectiva interpretativa que associa História e Geografia considera necessária está compenetração para explicar o presente. Bloch escreve “o estudo dos fenômenos físicos e o do passado social não intervêm, em princípio, senão na medida, alias bastante larga, em que pareceram necessárias para explicar a atividade do homem, sob suas formas atuais” (BLOCH, 2001, p. 492). As transformações que experimentará o rio Xingu, com a construção hidrelétrica de Belo Monte, não é apenas um dado físico ou técnico, pois dele dependem modos de vida humana no presente, em outros termos diversidade social.

Este rio Xingu que corre na direção do sul ao norte é junto com os rios Madeira, Tapajós e Tocantins um dos maiores que recebe o rio Amazonas da parte do Sul. Como peculiaridades do rio estão as cachoeiras, as formações de pedra, e muito mais destacada a “escassez d’água na estiagem” e as formidáveis enchentes (COUDREAU, 1896), 1977, p. 27). Os quatro grandes rios da “banda sul” têm suas cabeceiras nas terras centrais do Brasil. O rio Xingu fez-se celebre por suas cachoeiras e as dificuldades de navegação⁹. João Daniel descreve o “arrecife de pedra, que quase o atravessa de uma a outra banda; mas só se conhece na vazante do rio” (idem, p. 58).

No século XVIII, o padre jesuíta João Daniel, “cronista da reflexão crítica”¹⁰ foi um dos primeiros a descrever o rio Xingu

é um dos mais celebres, e de maior nome, dos que recolhe o Amazonas da banda de sul, por grande, largo, e de comprida navegação, por mais de um mês. Nasce na Chapada Grande, entre as minas de Goias e Cuiabá. Recolhe muitos rios, e ribeiras, entre os quais é celebre o rio Claro, chamado paiol de diamantes (DANIEL, (1779) 2004, v. 1, p. 57-58).

A descrição geográfica, histórica de Baena aponta os rios e riachos que embocam no rio Xingu¹¹, detalha elementos da paisagem:

⁷ João Daniel (1777-2002) utiliza essa expressão para o rio Amazonas, a qual se parafraseia tratando do rio Xingu.

⁸ Sobre a noção difundida de *resgate histórico* é preciso elaborar uma crítica contundente. A história não tem por objetivo resgatar acontecimentos passados, muito menos escrever sobre a forma exata como ocorreram, pois estes são como os mortos que não podem ser ressuscitados.

⁹ O Pe. João Daniel escreve que graças aos “exorcismos” de um missionário jesuíta “se principio a navegar e frequentar” o rio Xingu. Com esse discurso produzia-se o convencimento e aceitação dos indígenas da presença e vontade dos religiosos de penetrar nos territórios sagrados. Rios, lagos e paragens formam parte da cosmogonia e representações dos processos sociais de territorialização. Grupos étnicos expressam discursos de proteção do território, mediante formas simbólicas.

¹⁰ Expressão utilizada pelo historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva em relação a João Daniel.

Do rio Arapari para cima até a primeira cachoeira existem ilhas; e algumas com boas praias onde vão aquáticas tartarugas encovar os ovos. Quando com as chuvas incha o Xingu estas são alagadas, mas não totalmente, porque há paragens nas quais se pode fazer plantações e edificar” (BAENA, (1989), 2004, P. 375-376).

O autor cita que em duas das ilhas jacentes havia “tupures habitados e plantios de milho, maniva e café” (BAENA, (1989), 2004, p. 376). As técnicas de aproveitamento do regime das águas constituíam parte do conhecimento do ambiente, fundamental para os sistemas e praticas de cultivo, como para a fauna.

A narrativa destaca as terras da margem oriental, de tipo “rasteiras” diferentes as da margem ocidental “são colinosas e têm serras”. Sobre as cachoeiras destaca a primeira, na altura do rio Tucuruí e frisou: É por este rio que anualmente desce o gentio para se prover de ferramentas, que granjeiam com arcos, flechas, algodão, redes e pássaros”. BAENA (1839), 2004,p. 376). Após ultrapassar a ilha de Santa Maria o terreno é plano “liberto de serras e montanhas”. Este segmento estava deserto por “causa das incursões dos silvícolas Jurunas e Mundurucus”. Sobre os rios que deságuam no Xingu, Baena informa que apresentam abundância das drogas correntes no comércio, “mormente em cravo”. O autor frisou, ainda, que as margens do rio Xingu “abundam em pesca, em caça baixa e de veação” (idem).

Todos esses elementos naturais estiveram presentes na estratégia de povoamento dos povos aborígenes, antes e depois da chegada dos brancos. A combinação de um sistema simbólico, cosmogonias e saberes dessas sociedades orientava a relação com a natureza sob perspectiva radicalmente diferente ao pensamento e interesses do mundo colonial e dos colonizadores.

Essas narrativas de agentes sociais (religioso, naturalista, estudioso) em tempos e com ações diferentes, aproximam a compreensão do espaço físico e social do vale do Xingu, mas, ao mesmo tempo em que são reveladoras das transformações desde o período colonial. Estes indicam os movimentos e orientações de uma visão colonialista que não se tem modificado.

Na segunda metade do século XIX, as expedições de Adalberto de Prússia (1842), Steinen (1884), Spix e Martius (1820), Coudreau (1896) concebem como objetivo revelar o rio Xingu e indicar as fronteiras e as marcas “da civilização”, contraposta às sociedades aborígenes. No livro de Coudreau seis desenhos apresentam indígenas (grupos familiares ou homens e mulheres separadamente) que em contato com a “civilização” representavam a submissão, a condição de miséria que lhes foi imposta como “índios de barracão”.

2 Missões, Aldeias dos Religiosos e Vilas Pombalinas na Região do Xingu

¹¹ O autor elabora uma tabela com Rios e riachos que embocam no rio Xingu, na margem direita ou oriental cita os rios Curauatá, Arapari, Riacho Tamanduá, Açai, Marua, Maxipana, Macauaua, Tucanoara, Turumiri. Na margem esquerda ou ocidental, rio Umarituba, Ara, Tucuaruim, Acarai, Piri (BAENA, (1989) 2004, P. 375-376). Segundo Kelly Normand (1975) o rio Xingu é o 11 rio em extensão do mundo (1980 quilômetros) e possui somente 120 milhas navegáveis, devido às cachoeiras e o percurso da chamada Volta Grande.

A historiadora Arlene Kelly-Normand aponta que os primeiros europeus plantaram cana-de-açúcar no Xingu e Gurupá. Nos seus primeiros relatos, descreveram essas áreas como muito populosas e produtivas; estimaram aldeias com cem até dois ou três mil habitantes, cujos modos de vida resultavam da combinação de pesca, agricultura (mandioca, milho, feijão, tubérculos, frutas), extração e caça. A variação da dieta dependia das estações, do clima e da topografia (KELLY-NORMAND, 1984, p. 8).

Quando, em 1625, os holandeses penetraram no Xingu, plantaram uma fortificação de faxina entre os rios Piri e Acarai, “fronteira a um poço em que hoje os moradores pescam piraibas e arrais” (BAENA, (1839) 2004, p. 375-376). Esses conquistadores – ingleses, holandeses, penetravam em terras disputadas pelos portugueses.

No decorrer desse século, a Amazônia Ocidental foi o alvo das expedições militares portuguesas para garantir o território. Desde o início do século XVII os portugueses visualizaram formas políticas de avançar no processo de colonização do vale do Amazonas, e o realizaram primeiramente na região oriental, onde se haviam centralizado as expedições mercantis e a construção de fortes por holandeses e ingleses. Pedro Teixeira e uma força de 50 homens realizaram a defesa das terras para os portugueses ao destruir, em 1625, a povoação holandesa de Mandiutuba, no Xingu. Colonos holandeses e irlandeses, das proximidades da povoação, que sobreviveram à luta foram expulsos (CASTRO, 1999, p. 139). Muniz (1916) menciona Mariocay, posto fortificado, do lado do rio Xingu e a ação de reconquista para Portugal desta terra, realizada por Bento Maciel Parente e Luis Aranha de Vasconcelos, auxiliados pelos indígenas que fundaram o forte de Santo Antonio de Gurupá, onde era o antigo Mariocay.

Contudo, a este ato, seguiram as represálias contra os indígenas. Em novembro de 1627, o Capitão-Mor expediu, para o rio Pacajá, o capitão Pedro da Costa Favella “a fazer uma correria disfarçada com o intento de sossegar e sujeitar ao governo da Capitania todos aqueles índios, que sabia estavam levantados” (BAENA (1838) 1969, p. 34). Segundo Baena, a ação foi postergada pois teria havido, em 1628, uma ordem oposta e as expedições foram realizadas no Tapajós. O capitão-mor utilizou idêntico procedimento ao que havia praticado na entrada do rio Tapajós quando, quatro décadas depois, retoma a entrada no rio Xingu. Favella, no flanco aberto perto do Forte de Torrego, na ilha dos Tucujús, recebeu ordem de atacar os “estrangeiros”; entretanto, sem ter recebido o auxílio de homens que solicitara do governador do Estado, foi obrigado a se refugiar na aldeia de Gurupá.

Os discursos da colonização expressam, muitas vezes, sentidos vagos, conciliatórios, dúbios; desta forma, no trecho acima, os Principais das aldeias se tornam auxiliares da reconquista empreendida por Portugal. Baena elabora anotações sobre a entrada de Favella na Aldeia de Muturú (depois vila de Porto de Moz) no Xingu e, a continuação, realiza o registro seguinte:

Favella na extinção destes truculentos indígenas não suspende a fúria, que lhe tolda a alma; prossegue a ofensiva associando neste empenho o Sargento Mor Antonio da Costa que lhe aparece em tal ensejo. Novamente os avista em pinhas compactas, que fulminam com chuva de flechas, súbito inflamado arroja-se a eles como homem de fevera; ensopa a terra com o sangue de setecentos selvagens mortos; aprisiona quatrocentos; faz baquear trezentas aldeias envoltas em

turbilhões de labaredas, e assim decide o certame, e volta com a alegria fulgurante da vitória no fins de março (1665) para a cidade, onde os moradores aplaudem a expedição pelos seus nobres extremos, e tributam ao seu chefe os mais vivos sinais de reconhecimento, porque venturosamente tirou de uma vez toda a ocasião de temor a quantos quizerem entranhar naquelas matas. Nesta ovação também teve parte o Governador porque concorreram pelas suas disposições de gente de guerra, e providencias de subsistência e mobilidade para que se tomasse a mais cabal vingança de silvícolas tão nefarios (BAENA 1838) 1969, p. 89).

Santa Rosa, em 1922, apresenta a narrativa sobre os atos de violência praticados por essa autoridade e seus auxiliares: “Para facilitar a entrada no Xingu levou Pedro Favella, em 1666, o extermínio no meio dos tapuias, incendiando as suas numerosas aldeias e praticando o cativo e a mortandade com excessivo rigor (SANTA ROSA, 1922, p. 98). A história do contato é a seqüência de perseguições, massacres, aprisionamentos e epidemias que reduziram populações que somavam milhões de indivíduos (FERREIRA, 2001, p. 94). No vale do rio Xingu, a população indígena foi reduzida, drasticamente.

No entreato da violência da conquista, os religiosos realizam sua entrada para favorecer os interesses coloniais dos portugueses¹². A ordem dos jesuítas começa a missionar “a gentildade deste rio” em 1625, situa Baena. O padre Luis Figueira é mencionado de forma especial antes da expulsão dos Jesuítas, em 1655.

O sistema de missões se desenvolvia com autonomia¹³. A região do Xingu fornecia salsaparrilha, copaíba, cacau. Índios aldeados nesta região recebiam os reforços de indígenas do rio Negro, quando a necessidade de canoeiros, de homens e mulheres para colher os gêneros citados assim o exigiam. Nas canoas de propriedade dos religiosos eram remetidos os índios do sertão do rio Negro que se deviam ocupar na coleta de cacau nas missões de Aricarã e Itacurussa¹⁴. O “Livro das Canoas” (Códice 938 – APEP) lista os documentos que registravam este intenso movimento (MEIRA, 1994, p. 32).

O transporte dos indígenas escravizados ou trocados entre as missões foi responsável por uma alta mortalidade. Durante longas semanas, os indígenas viajavam do Rio Negro até o Xingu, sobrecarregados de trabalho, como canoeiros, experimentando falta de alimentação, o choque psicológico, as doenças o que contribuiu para a depopulação das missões. Muitos dos transferidos não retornavam.

Documentos diversos, conservados no Arquivo Público do Estado do Pará, informam sobre a mobilização imposta aos índios. Contudo, as situações históricas evidenciam mudanças. Portugal

¹² Kelly-Normand (1984) observa uma maioria dos missionários jesuítas que atuou no Xingu era de europeus, não portugueses (Baviera, Alemanha, Itália); o fato foi interpretado por Pombal com risco de uma “potencial internacionalização”, articulado com a presença de jesuítas de França, Holanda, Espanha, Inglaterra, nas fronteiras coloniais (KELLY-NORMAND, 1984).

¹³ Destaca-se, como exemplo, a observação sobre as experiências de agricultura. Baena anotou: “Frustrante foi a lição, que se deu no Xingu em 1710, e na Barra do Rio Negro e no Marajó em 1797, de lavrar com arado: este tirocinio não se propagou” (BAENA (1839), 2004, p. 71).

¹⁴ Documento sem Número, Folha 16, de 18 de setembro de 1740.

reconquista pontos estratégicos do vale do Xingu e determina que nesses espaços a ordem colonial estaria sob controle dos religiosos - Capuchos da Piedade e Jesuítas.

O conhecimento histórico sobre as missões do Xingu é, até o presente, diminuto em comparação com os estudos realizados sobre o Cabo Norte (ilha de Joanes), Rio Negro, Maranhão (MARTINS, 2006). As entradas ao sertão do Xingu e ao espaço missional dos jesuítas neste rio são incógnitas, até o presente. Uma série de missionários se dirigiu, depois de 1637, para o Xingu, dirigidos pelo padre Luis Figueira, conseguindo chegar até a Volta do Xingu¹⁵.

Em 1693, foi definido o raio de ação de cada uma das ordens religiosas existentes no Estado do Grão Pará e Maranhão. À Companhia de Jesus pertencia todo o distrito sul do Amazonas, “por elle acima até a fronteira, sem limitação alguma da parte do sertão”, escreve João Lúcio de Azevedo (1901, 1999, p. 203).

Na outra margem, sertanejos arrojados iam até Mato Grosso, vendendo a corrente impetuosa, eriçada de penhascos, do Madeira e do Tapajós, do Xingu descortinavam-se já as regiões superiores. Antonio Vieira iniciara a exploração da ampla bacia do Tocantins. Em toda a parte, na extrema com as nações vizinhas, os missionários serviam de vedetes, defendendo por vezes a viva força, contra os assaltos de estranhos, as nossas possessões” (AZEVEDO (1901), 1999, p. 216).

Nesta parte da Amazônia Ocidental, a ordem de Loyola explorava as riquezas e para isto organizava os aldeamentos do alto Xingu. Já os aldeamentos no Baixo rio Xingu ficaram sob controle dos missionários Capuchos da Piedade que realizam as primeiras explorações neste segmento. Pouco distante da foz foi fundado o lugar chamado Boa Vista dos Portugueses, com sua freguesia e vigário. A aldeia Maturu, dos religiosos da Piedade, segundo o Pe. João Daniel (1776, 2002, p. 394) “é mais avultada, e populosa”; “todas muito fartas, muito sadias, e alegres”. Maturu foi o aldeamento sob a invocação de São Braz, organizado, segundo Palma Muniz, em 1639. Altamira foi criada pelos primeiros que venceram, por terra, a Volta Grande do rio Xingu. Com a expulsão destes religiosos, ficou restabelecida como Missão dos Capuchinhos¹⁶.

No alto Xingu se situaram as missões dos Jesuítas eram “Aricará”, “Piraveri” e “Ita cruçá”, que o religioso afirmava serem todas “tão populosas, que todas três mereceram ser batizadas com os nomes e títulos de vila”...”; todas três sobre o rio, muito fartas, alegres, e sadias” (Pe. João Daniel, 2002, p. 395). Na jurisdição dos jesuítas estavam reunidos indígenas Juruna, Penas, Araras e Achipayas. O empreendimento missionário organiza sua base econômica na agricultura e na coleta de salsaparrilha, cravo, castanha. As aldeias foram abandonadas pelos nativos em seguida à expulsão dos missionários, em 1755, decretada por Sebastião de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal e, finalmente, a saída do Pará, em 1759.

Kelly-Normand destaca que os poucos brancos, “ou civilizados” estabeleceram relações matrimoniais com os nativos, criando uma população miscigenada. Igualmente, os indígenas,

¹⁵ A aldeia encontrava-se próxima do sítio onde está hoje a cidade de Altamira.

¹⁶ Palma Muniz cita os nomes dos frades Ludovico e Carmelo de Mazzarin que, em 1868, com os índios das tribos Tacuba, Penes e Jurunas e, depois, com as tribos Achipaias, Curiarias, Araras e Carajás favoreceram o crescimento de Altamira na margem esquerda do rio Xingu, acima da foz do rio Ambé (PALMA MUNIZ, 1916, p. 101).

notavelmente os Araras, mantiveram relações com escravos negros fugitivos (KELLY-NORMAND, 1975).

As missões, instaladas como suportes econômicos, ideológicos, da política de colonização européia, introduziram mudanças radicais nas formas de existência dos indígenas. Kelly-Normand (1984) elabora reflexões sobre a destruição dos padrões demográficos, pois, segundo mostram os estudos etnográficos, os grupos de caçadores e coletores mudam suas áreas de residência de estação para estação e “mesmo no dia a dia quando as famílias vão e voltam entre os campos dos parentes do marido e da mulher” (KELLY-NORMAND, 1984, p.93).

Os grupos indígenas enquadrados no sistema de aldeamento missionário experimentaram severas mudanças culturais e sociais. Kelly-Normand (1984) aponta que a aldeia se estabeleceu sob o princípio da sedentarização por longos períodos, alteração que desconsiderava as estações de chuva e verão. Essa nova situação aumentava os riscos de epidemias que facilmente se propagavam. No plano psicológico, a vida nas missões foi uma mudança radical, com a imposição de uma rotina que não considerava outras necessidades. Os sistemas de representação e de hierarquias igualmente se transformaram. O pajé que representava a religião para a nação indígena era um estranho na aldeia missionária, lugar da religião de estado. O missionário como outros europeus consideraram os pajés como seu principal adversário em relação aos indígenas (KELLY-NORMAND, 1984, p. 96).

No sistema de aldeamento missionário as diferenças entre as nações indígenas eram desconsideradas, anuladas, pois para as autoridades religiosas (como igualmente o faziam os administradores e os colonos) tratava-se de um grupo indiferenciado. Os missionários justificaram sua atuação e deram um tratamento de acordo com os seus valores de referência: os da sociedade européia.

Charles Marie de La Condamine (1992, p. 54-55) viajante francês, adota uma perspectiva histórica e precisa o peso da conquista portuguesa ou espanhola sobre as nações tornadas cristãs, elaborando um gradiente de contatos - o indígena que habita na cidade ou aldeia, o “selvagem do interior do continente”, o habitante recente das missões. O elemento destacado é a diversidade das nações “entre si em línguas, hábitos e costumes”. Reconhece os traços comuns dos indígenas americanos e pensa ter reconhecido em todos “uma mesma base de caráter” e afirma “A insensibilidade constituiu a base desse caráter. Deixo em aberto a decisão de honra-la com o nome de apatia, ou aviltá-la com o nome de estupidez. Nasce provavelmente do numero reduzido de suas ideias, que não se estende além de suas necessidades”. O naturalista procede a qualifica-os de “preguiçosos”, “glutões”, “poltrões” e “limitados” e considerava as benesses da civilização transformado a sua simples natureza. A visão naturalista demarcou as relações da sociedade e pensamento colonial para com os indígenas.

A demografia das aldeias jesuítas no Alto Xingu é pouco conhecida. Kelly-Normand (1984, p. 101) apresenta informações sobre três aldeias fundadas em um período de quase quarenta anos. Em 1694, religiosos jesuítas estabeleceram a aldeia de Itacuruçá dedicada a São João Batista; esta reuniu vários grupos indígenas que não viviam pacificamente entre eles, não progredindo. Os padres fundaram, em 1727, a aldeia Piraguari, com dissidentes de Itacuruçá. Na primeira, tinham batizado 878 indígenas e, em Piraguari, converteram 733 índios e batizaram 345. Em 1739, a aldeia de São Ignácio de Aricari reunia 970 indígenas batizados e 182 em catequese. A maioria pertencia à nação

Juruna¹⁷. Posteriormente, dois padres, Manoel dos Santos e Roque Hundertpfundt, criaram a aldeia Javari. Esses dados indicam a importância das concentrações demográficas nos aldeamentos.

3 Diretório de Índios: o Vale do Xingu “reservatório” de força de trabalho

A política colonial adquiriu novos contornos, seguida à expulsão dos jesuítas, com a organização do Diretório dos Índios. Ambos compreendem um período de mudanças no projeto colonial que sugere encontrar outros meios para resolver o povoamento; com isto, a estratégia de distribuição de mão-de-obra, continuamente em “falta” como é comentada pelas autoridades do governo colonial, pelos colonos. Entretanto, esse projeto teve conotações mais amplas.

O Diretório dos Índios, de 1757, teve o propósito de reordenar o regime de trabalho indígena, emancipado pela Lei de 1755. Este procedeu a realizar uma nova distribuição de mão-de-obra: primeiro pela contagem dos índios, entre 13 e 60 anos, capazes de trabalhar; segundo, os índios relacionados eram divididos em três partes (missão, serviço pessoal dos religiosos e moradores brancos, serviço real e autoridades). Com este ordenamento, a utilização da força de trabalho se configurou diferenciadamente entre religiosos e colonos.

A organização do Diretório dentro do ordenamento pombalino, assenta-se fisicamente nas denominadas “vilas do Diretório”, vilas e lugares lusitanos. Os índios são elevados à condição de “vassalos do rei” e como trabalhadores disponíveis e “colonos”. Nos seus capítulos concebe-se o povoamento estratégico favorecido pelos casamentos entre brancos e índios. Na atribuição desse novo perfil, diversas obrigações eram impostas ao índio, visto agora como colono, sujeito à nova legislação civil. Ele era objeto de registro sistemático nas Corporações¹⁸, desta forma concretizando o controle da força de trabalho indígena, proposta pelo Diretório.

A nova política enfatizava a integração do índio na cultura portuguesa, começando pela aprendizagem e comunicação na língua da metrópole, ensinado, a partir de então, nos estabelecimentos escolares; pelo uso de vestimentas no estilo europeu¹⁹. No que se refere ao governo, o Diretório propõe a autoridade de um oficial, geralmente de baixa patente, que, juntamente com o Principal - membro mais importante da Aldeia – eram responsáveis pela elaboração de relações (ou listas) das povoações indígenas. Estas eram feitas baseadas em uma hierarquia bastante acentuada que valia para os processos de trabalho, assim como de acomodação interna a fim de diminuir os conflitos e garantir o funcionamento do sistema.

A dizimação e as rebeliões de muitos grupos indígenas foram resultados do regime de trabalho. O trabalho era ditado pelo tempo da natureza; começava no alvorecer e terminava no fim da tarde. A dieta, composta por gêneros deteriorados, também explica o estado de enfermidade e a elevada mortalidade dos trabalhadores. Somado a esses fatos, o contato com o colonizador também fora um importante fator para a dizimação desses índios, a partir do momento que traziam doenças a

¹⁷ No contato dos religiosos e bandeirantes com os Juruna foi construída a lenda dos “Juruna como canibais”.

¹⁸ Brito (1998) aponta que no contrato da corporação era estabelecido o tempo de permanência do serviço em cada Vila (geralmente de três a quatro meses em média; mas, em sua maioria, eram ultrapassados), e a solicitação “operária” partia da realidade numérica de cada povoação. Isso acabou desestruturando social e culturalmente os índios, em virtude de toda cobrança feita pelos Diretores das povoações, pois, para fazer parte das “corporações”, exigia-se dos índios uma conduta exemplar.

¹⁹ Coelho (2003) analisa o Diretório dos Índios como política baseada num propósito civilizatório. As perspectiva civilizatoria coadunava-se com o papel que estava sendo reservado como trabalhador, subordinado na sociedade colonial.

exemplo de “bexiga”, “sarampo”, “diarréias” (BRITO, 1998). A recusa diária ao trabalho, a rebeldia às normas, o tráfico e o uso de aguardente também são mecanismos de resistência ao trabalho. O não exercício do rodízio nos trabalhos dos índios os estimulava a rebelarem-se e não quererem trabalhar. Isso, muitas vezes, era contornado pelos Diretores quando ofereciam aguardente. Após a saída dos missionários, os problemas de administração, sobrevivência econômica e defesa do território resultaram no abandono das aldeias. O retorno dos fugitivos para o trabalho, a captura de novos indígenas concerniam às autoridades. Tanto mais que aumentavam as notícias de mocambos de índios e negros. Gomes (2005, p. 65) refere a existência de um mocambo de índio no Xingu, em 1767. Dois anos mais tarde, foi notificada a existência de um mocambo constituído por índios e negros na região do Xingu. (GOMES, 2005, p.78)

O vale do Xingu é reorganizado como fronteira das expedições de captura. As aldeias do Diretório, situadas nos rios Tapajós e Xingu, passaram a fornecer, sistematicamente, os trabalhadores para agricultura, extrativismo, serviço da coroa, entre eles a construção da Fortaleza de Macapá, igrejas, prédios da administração colonial, abertura de canais, e, ainda, para o trabalho nas expedições de demarcação de fronteiras, nas expedições científicas, nas atividades do arsenal de Marinha de Belém, assim como nos serviços prestados para os colonos. O intenso deslocamento imposto aos indígenas e a posição que ocuparam no rio Xingu está registrado em setenta documentos expedidos entre 1771 e 1774 nos quais ordenava—se o remanejamento de dezenas de indígenas por diferentes lugares da Capitania do Rio Negro e do Grão Pará.

As nações indígenas dos rios Madeira, Tapajós, Xingu e Tocantins ficaram no centro de um movimento intenso de deslocamento, com um saldo demográfico negativo. Palma Muniz foi arguto na descrição desse processo:

o rio Xingu era, nos tempos coloniais, considerado um dos mais importantes viveiros de índios, onde a ambição do branco de então ia procurar o braço de trabalho, a máquina gratuita para enriquecer, e aumentar os seus cabedais (PALMA MUNIZ, 1916, p. 732).

Baena (1839) destacou as povoações na margem direita do rio Xingu e indica a mudança de nome e hierarquia, de conformidade com as instruções de Francisco Xavier Mendonça Furtado:

Quadro 01 – Origem e anotações históricas

Nome da povoação	Origem e anotações históricas
Gurupá	Vila criada em 1639. Os que são lavradores plantam maniva, arroz, milho, café, algodão e tabaco. Vendem salsa (Almeirim e Arraiolo), cravo, café, cacau, pirarucu, castanha doce. Continente da vila boas terras para plantação do cacau, algodão, arroz, feijão. Nas ilhas de Gurupá: mandioca, café, cacau e tabaco.
Pombal	Vila criada em 1758 – assentada na margem direita do rio Xingu. Foi aldeia dos Piraiti, missionada pelos Jesuitas. Plantam mandioca.
Porto de Moz	Ereta em 1758, situada na orla direita do rio Xingu. Primeira povoação foi a aldeia de Maturu, dos missionários da Província da Piedade.
Souzel	Vila criada em 1758 - Antiga aldeia de São Ignacio do Aricari, missionada

	pelos Jesuítas (a primeira informação é de 1723). Produção mandioca, aguardente de beiju.
Vilarinho do Monte	Fundado em 1758 subordinado à vila de Gurupá. Foi antiga aldeia Caiiana administrada pelos Capuchos da Piedade
Veiros	Antiga aldeia de Itacuruça. Plantam milho, mandioca, café.
Carrazedo	Pertencente à jurisdição da vila de Gurupá. Antiga aldeia de Arapijó.
Boa Vista	Dependente da vila de Gurupá, situado abaixo do igarapé Macupá. Terreno próprio para cacau, arroz, feijão, cana e algodão Gêneros silvestres: cacau e breu; azeite de andiroba, redes de toda qualidade e aguardente de beiju.
Tapera	

Nas décadas de 1760 a 1780, o vale do Xingu revelava sua importância na economia regional enviando, para Belém, produtos que eram exportados pela Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Kelly-Normand (1984) registra as exportações no período de 1764 a 1769. Além desses produtos, constavam de uma lista: salsaparrilha, peles de animais, urucu (KELLY-NORMAND, 1984, p. 117-118).

Quadro 02 – Economia Regional

Ano	Nome da aldeia-vila	Produção
1764	São João Batista de Itacuruça São João de Veiros	52,29 de óleo de copaíba 3,09 de cravo 0,03 potes de manteiga de tartaruga
	São João do Piraguari São João de Pombal	25,37 estopa 14,54 tartaruga 143,95 castanha 6,21 potes de tartaruga fat 4,19 manteiga 1,39 peixe salgado
	Santo Inácio de Aricari Santo Inacio de Souzel	18,60 castanha 9,09 potes de turtle fat 7,9 manteiga 5,20 óleo de copaíba 3,98 cacau 1,9 cravo fino
1765	Maturu Porto de Moz	12,88 cravo 12,20 estopa 3,74 óleo de copaíba 0,46 cacau
	Veiros	44,78 óleo de copaíba 9,19 manteiga 2,38 potes de manteiga de tartaruga 0,15 cravo fino 0,14 tartarugas
	Pombal	café 76,79 jabutis 34,70 cravi fubi 33,33 algodão em rama 0,02 cacau

	Souzel	16,80 castanha 6,99 óleo de copaíba 3,13 cacau 0,10 cravo fino
1766	Santa Cruz de Caviana Vilarinho do Monte	4,18 mandioca
	Porto de Moz	23,01 estopa 10,64 cravo fino 6,88 óleo de copaíba 3,85 castanha 0,93 óleo de andiroba 0,19 farinha de mandioca
1767	Porto de Moz Veiros Pombal Souzel	10,78 salsaparrilha 4,48 farinha de mandioca 3,3 breu 18,37 tartarugas 13,92 pirarucu 1,67 manteiga de tartaruga Tabaco (todo o tabaco informado nesse ano) 34,04 café 28,85 cravo fino 25,51 estopa 0,02 cacau 29,71 cacau
1769	Porto de Moz Veiros Pombal Souzel	8,05 castanha 3,92 cacau 0,57 breu 48,38 copaiba 19,39 wild pork meat 11,61 castanha 3,21 cacau 1,09 cravo fino 0,32 pirarucu 27,53 castanha 31,63 cravo 9,81 estopa 7,89 tabaco 1,49 de cravo fino 0,02 algodão 10,49 cravo 5,62 castanha 1,19 cravo 0,13 algodão

Fonte: KELLY-NORMAND, 1984, p. 116-122.

A diversidade de produtos exportados, em muitos casos em pequenas quantidades, indica a riqueza da flora e fauna, explorada em consonância com calendário agro-extrativo. A farinha de mandioca orientava-se para o consumo doméstico e local.

Por alguns períodos a demografia das vilas do Xingu mostrava uma tendência decrescente, mas mantinha a predominância dos grupos indígenas. No mapa da população da Capitania do Xingu de 1779, os indígenas representavam 70% da população total (ver tabela abaixo).

Tabela 02 – Habitantes da região do Xingu em 1779.

Localidade	Índios	Escravos	Outros	Total
Porto de Moz	179	48	441	668
Sousel	571	9	21	601
Pombal	754	1	25	780
Veiros	537	2	107	646
Vilarinho do Monte	93	33	104	230
Total	2041	93	698	2925

Fonte: Arquivo Ultramarino. Mapa de todos os habitantes da Capitania do Grão Pará e Rio Negro. Ano de 1779.

O Grão Pará detinha, em 1816, uma população estimada em 94.120 habitantes e a região do Xingu e arredores tinha menos de 5%. Apesar das perdas por epidemias, castigos, trabalho pesado, os indígenas continuavam sendo maioria. Os censos de 1816 e de 1823 confirmam este fato.

Tabela 03 – Distribuição da população do Pará em 1816.

Região	Número de Habitantes	%
Costa Oriental	42.065	44,69%
Estuário do Amazonas	26.866	28,54%
Ilha de Marajó	8.708	9,25%
Xingu e arredores	4.326	4,60%
Tapajós e arredores	10.097	10,72%
Extremo Oeste	2.058	2,19%
Total	94.120	-

Fonte: CARDOSO, C. F.

Baena (1839, 2004) elaborou as “tabuas de população” da Província do Grão-Pará, em torno de 1823. Desse conjunto é destacada a região do Xingu e sua representação em índios, brancos, mestiços e escravos. O primeiro grupo tinha destaque, (56,5%), seguido dos mestiços que perfaziam 23% do total. A sociedade colonial elaborava os fundamentos de identificação de uma categoria subordinada, desqualificada dos casamentos ou uniões entre índios e brancos.

Tabela 04 – População da Província do Grão-Pará em 1823 (parte Oriental).

Localidade	Total	Branco	Escravos	Índios	Mestiços	% Índios
Xingu	4242	736	135	2397	1006	56,5
Pombal	814	1	8	629	176	77,7
Porto de Moz	758	151	53	336	218	44,3
Sousel	681	6	3	399	273	58,5
Vilarinho do Monte	566	340	48	133	45	23,4
Veiros	475	2	-	371	102	78,1
Carrazedo	401	-	-	401	-	100
Boa Vista	395	218	13	59	105	39,4
Tapera	139	18	10	69	42	49,6

Fonte: ACEVEDO MARIN, 1985 (elaborado com base em BAENA, (1839- 2004).

A região do Xingu possuía o maior número de indígenas e o menor número de escravos das oito regiões em que se dividia a Província. Para estes grupos se dirigiram políticas de catequização, invariavelmente fundadas nas concepções do colonizador.

4 Regimento de Missões de 1845: catequese e missões no Xingu

O império brasileiro aprova e faz valer o decreto nº 426 de 24 de julho de 1845, após silêncio legislativo que vinha desde a Independência. Este decreto objetivou regulamentar a situação dos índios no Brasil. Conhecido como Regulamento das Missões, continha diretrizes sobre as “missões de catequese e civilização dos índios”. Este instrumento lidou fundamentalmente com as terras dos índios. Nele se observa a continuidade da política de aldeamentos instalada pelos missionários desde o século XVII.

No Pará, em 1855, existiam 15 Diretorias que compreendiam 14 aldeamentos e 2.472 indígenas. De conformidade com este Regimento, estabeleciam-se os contratos com particulares. Os conflitos entre os povos indígenas sugerem questões para análise. No aldeamento religioso do século XVIII eclodiram conflitos por força dessa intervenção, reunindo nações inimigas, em situação que acirrava o conflito.

Em documento do Ministério dos Negócios do Império (Repartição Geral das Terras Públicas, em 10 de Dezembro de 1857) informava-se, mediante a Circular n. 30, o pedido de auxílio militar feito pelo Indígena Manoel Macundé, Cacique da "Tribo" Taconhapé, para que possa efetuar a mudança da sua tribo composta de mais de 400 indígenas. Na época, eles moravam nas cabeceiras do rio Xingu e desejam ir para mais abaixo do mesmo rio. Porém, teriam que enfrentar outra "tribo" "hostil e muito numerosa" que também habita a margem do Xingu²⁰, motivo pelo que acudiam às autoridades brasileiras.

No final do século XIX, várias guerras foram travadas por seringalistas contra os indígenas; para isso organizavam os trabalhadores para atacar e combater os. A presença de seringueiros empurrava os territórios de um grupo, que de imediato repercutia sobre o do grupo vizinho.

O presidente da Província, Manoel de Frias e Vasconcelos, no Relatório dirigido à Assembléia Legislativa informava, em 1859:

O cidadão Domingos Antonio Ferros que havia feito um contrato com a Presidência para o descimento dos índios da tribo Tocanhapeua, habitante do Alto Xingu apresentou-se em 4 de abril de este ano com 9 daqueles selvagens entre os quais dois tuxauas. No dia 16 do mesmo mês receberam o batismo a mulher de um tuxaua e o filho do outro, de nove anos de idade, e os despedi, depois de ter distribuído com todos uma porção de roupa, armas de caça, terçados e varias ferramentas de oficio e de lavoura. Voltarão muito satisfeitos. Tratei desde então de procurar um missionário para ir instruir estes indígenas, e encontrei em Frei Marcelo de Santa Catarina esse auxiliar, o qual nomeado pelo Reverendo Archidiego Vigário Capitular fiz-lo seguir no dia 1 de julho findo com as Instruções que encontrareis em anexo, munido de todos os paramentos e alfaias. Alguns dias depois de terem ausentado os índios Tocanheoeuas, apareceram-me

²⁰ Fundo: Repartição de Obras Públicas. Série: Offícios (Avisos) Da Repartição Geral das Terras Públicas. Ano: 1855-1857 (Completo). Volume: 6. Ministério dos Negócios do Império. Repartição Geral das Terras Públicas, em 10 de Dezembro de 1857.

11 da tribo Carajá que habita as margens do Araguaia (FRIAS E VASCONCELOS, 1859, p. 60)²¹

O Baixo Xingu é descrito por alguns presidentes de província em situação crítica em relação às condições de saúde. Em Porto de Moz, Vilarinho do Monte, Carrazedo e Taparará, grassavam as febres intermitentes. Este quadro era visto de forma superficial, sem intervenções para resolvê-lo.

Os religiosos insistiam nas Missões do Xingu. Os capuchinhos Ludovico e Carmelo de Mazzarino dirigiram-se, em 1868, ao Ministério da Agricultura para restabelecer uma missão na margem esquerda do rio Xingu, acima da foz do rio Ambé, na qual pretendiam reunir índios Tacuuba, Penes, Jurunas, Achipaias, Curiarias, Araras e Carajás (PALMA MUNIZ, 1916, p. 99-100).

O discurso sobre o indígena foi, no período colonial e no império, insistente sobre a aplicação da força de trabalho destes, como parte da estratégia de integrá-los à civilização. Em 1883, o Barão de Maracaju expõe essas idéias no capítulo do seu relativo a Catequese e Civilização de Índios:

Em uma província de imenso território como está, de tão limitado numero de braços, será de grande utilidade atraír-se ao grêmio da civilização os silvícolas que vagueiam errantes pelas florestas, pondo muitas vezes em sobressalto os habitantes dos povoados vizinhos. Infelizmente os meios até agora empregados para a consecução desse desideratum tem sido improficuos, pouco se aproveitando com as somas despendidas. De um sistema metódico de catequese, seriamente estudado e posto em prática depende em grande parte a solução deste importante problema: a civilização de grande numero de silvícolas. Se o índio errante nas matas, e sempre disposto à hostilidade, é hoje um elemento de perturbação, amanhã atraindo ao grêmio da civilização pode trazer a agricultura, o auxilio do seu braço e tornar-se assim um cidadão útil ao Estado” (BARAO DE MARACAJU, 1883, p. 60).

A autoridade provincial dirigia sua atenção para a Diretoria Geral dos Índios do Pará, que então estava organizada em 14 unidades. O coronel José Evangelista de Farias Maciel foi nomeado pelo Barão de Maracaju para ocupar o cargo de Diretor Geral. A 6ª sessão que compreendia o rio Xingu espelhava tal política de trazer os indígenas à civilização mediante o trabalho.

Considerações

A ascensão dos preços da borracha impulsionou a procura de florestas com abundancia de seringueiras, o que exigia disponibilizar força de trabalho para explorá-las. Os seringueiros arregimentavam-se fora e dentro do vale do Xingu. Os impactos sobre os grupos indígenas foram de

²¹ Esta informação foi localizada, também, no Arquivo Público do Pará. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios do Ministério dos Negócios do Império. Doc.: Repartição Geral das Terras Públicas. Ano: 1858-1859 n^o 1300 (Doc.: N^o 27 de 30 de Setembro de 1858). Acusando recebimento de informações sobre o contrato feito pelo presidente da Província com o sr. Domingos Antonio Ferro, para a transferência da tribo indígena Toconhapé, conforme ordens expedidas por este ministério. O documento: n^o 14 de 6 de junho de 1859, acusava o recebimento de ofício do presidente da província sobre o aparecimento de avultado número de índios das tribos dos Tucumhapeuas e Jurunas, vindos das cabeceiras do Rio Xingu.

duas ordens. Primeira, as ilhas e as florestas de terra firme por eles ocupada tornaram-se objeto de disputa. Os indígenas, qualificados de “índios bravos” eram atacados com armas de fogo, eles se defendiam com morretes, flechas e excepcionalmente armas²². Segunda, o seringalista utilizou-se de diversos meios para obrigar membros de aldeias, famílias a trabalhar nos seringais (ataques diretos as malocas, estímulo as guerras entre grupos indígenas, endividamento²³ e o comércio de armas²⁴). Coudreau comenta o que denominou entrada do indígena na civilização quando deixava a maloca para viver no barracão. Nesse contexto estava em jogo a integração da região aos impulsos do capitalismo comercial. Coudreau (1896) indica a importância econômica do Xingu sugerindo formas de controle alfandegário, proposta que coincide com as Tavares Bastos (1975) pensador liberal, que duas décadas antes assinalava o desenvolvimento da Amazônia pela expansão das exportações e do comércio.

Nota:

1 . Professora Doutora Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPDSTU.

²² Nesse embate, a diferença de forças foi considerável. Henri Coudreau relata em relação aos “Açurinis” que eram “ferozes” no Xingu...onde “fazem anualmente diversos ataques, e coisa curiosa, com um sucesso constante e até mesmo crescente. Narrava dois acontecimentos em 1895 na Serra do Paçai de Cima e na Praia Grande quando atacaram dois seringueiros. Com um tom de ironia concluiu “E é em razão de todas essas histórias tranquilizadoras que vim para esta viagem no Xingu munido de uma formidável “artilharia”, nove rifles e dois fuzis da caça”. (COUDREAU, 1896, p. 37). O uso de armas, apontará o viajante podia ser “anúncio de intenções pacíficas” (p. 84). Coudreau menciona, em todos os relatos, que os indígenas do Xingu, no período de contato impulsionado pela borracha somente usavam flechas.

²³ Coudreau fez o registro da especulação nessas paragens do rio Xingu, com preços das mercadorias para acima de 500%.

²⁴ Galvão apresenta os relatos sobre contato dos indígenas do Xingu com os brancos que facilitaram as carabinas usadas para combater outros grupos indígenas (GALVÃO,1996).

Referências

- ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Du travail esclave au travail libre. Le Pará- Bresil sous.
- ALMEIDA, O.; LORENZEN, K.; MCGRATH, D. Fishing agreements in the Lower Amazon: for gain and restraint. Fisheries Management and Ecology. Aceito, 2008.
- ARANHA, João Baptista de Figueiredo Tenreiro (Inspector do Tesouro Público Provincial). Relatório apresentado ao Presidente de Província senhor Miguel Antonio Pinto Guimarães. Belém: Typ. de Santos e Filho, 1855.
- BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. Compendio das Eras da Província do Pará. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969. (Coleção Série José Veríssimo).
- BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. Ensaio corográfico sobre a Província do Grão-Pará. Brasília: Ed. do Senado Federal, (1839) 2004.
- BARTH, F. *Grupos Étnicos e suas fronteiras*. São Paulo:UNESP, 1998.
- BASTOS, Aureliano Candido Tavares. O vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatísticas, produção, comércios, questões fiscais do vale do Amazonas. 3. ed. São Paulo, Ed. Nacional; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1975.
- BLOCH, Marc. A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- BRITO, Maria Cecília Chaves. Índios das “corporações”: trabalho compulsório no Grão-Pará no século XVIII. In: ACEVEDO MARIN, Rosa E. (Org.). A escrita da história paraense. Belém: NAEA-UFPA, 1998. p. 115-138.
- CASTRO, Adler Homero Fonseca de. O fecho do Império: história das fortificações do Cabo Norte ao Amapá de hoje. In: GOMES, Flávio dos Santos (Org.). Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX). Belém: Ed. Universitária, UFPA, 1999. p. 129-194.
- COSTA NUNES, André. *A Batalha do Riosinho do Anfrísio: uma história de índios,seringueiros e outros brasileiros*. Belém:SECULT/FUMBEL, 2003.
- COUDREAU, Henri. Viagem ao Xingu. Tradução Eugenio Amado. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: Ed. da Univ. de São Paulo, 1977. (Reconquista do Brasil, 49).
- DANIEL, Pe. João. (1722-1766) Tesouro Descoberto no Maximo rio Amazonas. Rio de Janeiro, Contraponto, 2004. (2 volumes).
- FERREIRA, Mariana Kawall Leal. Memória do Xingu: escrita e oralidade no Brasil Central. In: LEIBING, Annette; BENNINGHOFF-LUHL, Sibylle (Orgs.). Devorando o tempo: Brasil, o país sem memória. São Paulo: Mandarin, 2001. p. 93-104.
- FERREIRA REIS, Arthur Cezar. O seringal e o seringueiro. Rio de Janeiro, Ministério de Viação e Obras Públicas, 1953.
- GALVÃO, Eduardo. Diários de campo: entre os Tenetehara, Kaióá e Índios do Xingu. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, FUNAI, 1996.
- GUIMARÃES VIEIRA, I; CARDOSO DA SILVA, J.; MANN DE TOLEDO, P. Estratégias para evitar a perda de biodiversidade na Amazônia. Estudos Avançados. Vol. 19 (54), São Paulo, 2005.
- GRÜN, R. *Negócios e famílias*. São Paulo: Sumaré, 1992.

- HOBSBAWM, Eric. Sobre História: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 83-105.
- HURLEY, Jorge. Noções de História do Brasil e do Pará. Separata do Vol. XI da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Belém, 19 .
- KELLY-NORMAND, Arlene Marie. The Xingu and José Porfírio. Florida: University of Florida, 1975.
- KELLY-NORMAND, Arlene M. Family, Church, and Crown: A social and Demographic History of the Lower Xingu Valley and the Municipality of Gurupá, 1623-1889. Florida: University of Florida. Tese (Doutorado, 1984).
- LA CONDAMINE, Charles Marie de. Viagem pelo Amazonas. 1743-1745. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, São Paulo: EDUSP, 1992.
- LOPES, Paulo Roberto de Canto. Aldeias, missões religiosas e diretório: intercâmbios políticos, econômicos, culturais e ambientais. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane Pinto (Orgs.) Faces da história da Amazônia. Belém: Paka Tatu, 2006. p. 21-42.
- MACAMBIRA, E. M. B. Índícios de rochas fosfatadas no flanco sul da Bacia Amazônica. In: Congresso Brasileiro de Geologia 30, Recife. 1978. Anais do... Recife: SBG, 1978. v. 4: 1494-1509.
- MARTINS, Fábila. A concepção de Missão no Projeto da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão e Grão-Pará, no século XVII. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane Pinto (Orgs.). Faces da história da Amazônia. Belém: Paka Tatu, 2006. p. 43-82.
- MEIRA, Márcio. Livro das Canoas: documentos para a história indígena da Amazônia. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo, FAPESP, 1994. (APEP, Codice, 938).
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O Caboclo e o Bravo. Notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira Amazônica no século XIX. In. Encontros com a Civilização Brasileira, 1989. V. 11 (p. 101-140).
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Pardos, Mestiços ou Caboclos: Os Índios nos Censos Nacionais. Trabalho apresentado na mesa-redonda Estatísticas sobre Raça no Brasil, IV Conferência Nacional de Produtores e Usuários de Dados Estatísticos. IBGE, Rio de Janeiro, 31 de maio de 1996.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade étnica, identificação e manipulação. Sociedade e Cultura. V. 6, Nº 2. Julho-Dezembro, 2003. P. 117-131.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Ensaio de Antropologia Histórica. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1999.
- PEREIRA, L. C. B. "Origens étnicas dos dirigentes das empresas paulistas", mimeo, 1973.
- SANTA ROSA, Henrique Américo. História do rio Amazonas. Belém: Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 1922.
- SALLES, Vicente. O negro no Pará sob o regime da escravidão. Fundação Getúlio Vargas/Universidade Federal do Pará, 1971.
- SANTA ROSA, Henrique Américo. História do rio Amazonas. Belém: Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 1922.
- TAVARES BASTOS, Candido. O Vale do Amazonas. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 3ª. ed. , 1975.

WEINSTEIN, Bárbara. A borracha na Amazônia: expansão e decadência 1850-1920. São Paulo, Hucitec, USP, 1993.